

O Triângulo de Weimar na União Europeia alargada

Publicação: [O Mundo em Português Nº 63](#)

Data de Publicação: Outubro/Novembro 2006

Autor: Helena Wyligala

O Triângulo de Weimar, formado em 1991 como instrumento de cooperação multilateral, envolveu dois países considerados como «locomotivas» da Comunidade Europeia e o maior país pós-comunista da Europa de Leste. Enquanto construção baseada na confiança e instrumento de cooperação, é fruto, à semelhança de outros agrupamentos regionais, como a Iniciativa Centro-Europeia ou o Grupo de Visegrad, da situação europeia do início dos anos 90. A proximidade dos interesses polaco, alemão e francês determinou o lançamento da cooperação diplomática entre os três países. Os objectivos fundamentais das consultas políticas, organizadas anualmente, eram o auxílio, por parte de França e da Alemanha, às aspirações europeias da Polónia, à sua economia interna e à sua transformação política. Graças ao diálogo triangular, Paris e Bona criaram uma plataforma para a discussão do processo de alargamento da União Europeia a Leste, o que constituiu uma confirmação do seu poder na Comunidade e, simultaneamente, enriqueceu as suas relações bilaterais com a nova vizinhança. O Triângulo tornou-se num importante instrumento para a realização dos princípios da política externa polaca e assegurou o apoio político por parte de alguns dos mais importantes parceiros ocidentais.

O distanciamento polaco em relação à zona euroatlântica e às estruturas da União Europeia deram razão à manutenção da política de cooperação trilateral. As expectativas iniciais, que apontavam para que o Triângulo fosse um propulsor para uma célere entrada da Polónia na União Europeia, foram claramente excessivas. A concretização dos objectivos do Triângulo foi um processo a longo prazo, dependente das condições actuais de relacionamento entre os parceiros de «Weimar», dos interesses das suas políticas externas e da conjuntura internacional. Um dos principais feitos do Triângulo foi a influência na rapidez com que os parceiros ocidentais da Polónia aceitaram alargar as estruturas europeias, nomeadamente o acesso da Polónia, da República Checa e da Hungria à União da Europa Ocidental, em 1994, e a preparação formal do alargamento da União Europeia, durante as presidências alemã e francesa, no período de 1994-1995. O fórum de «Weimar» permitiu a consulta mútua de posições,

por parte da Polónia, da França e da Alemanha, em questões de segurança, dentro dos limites do processo da CSCE/OSCE e em cooperação entre os departamentos militares nacionais. A questão da política para a Europa de leste, que tem vindo a ser discutida em encontros de ministros dos Negócios Estrangeiros desde meados da década de 90, deu a Varsóvia, enquanto perita na matéria, a possibilidade de influenciar os pontos de vista dos seus parceiros ocidentais. Gradualmente, o Triângulo tem alargado os seus campos de actuação a vários campos (finanças, transportes, emprego, justiça), o que complementou as relações tradicionalmente existentes.

Contudo, paradoxalmente, em vez de ser um fórum para o desenvolvimento de iniciativas comuns, o Triângulo não teve um carácter programático – foi mais uma declaração das elites. Como resultado, não houve concretização de iniciativas comuns, como instituições culturais trilaterais, ligações de comboio de alta velocidade e instituições comuns de ciências sociais. No período de negociações com a União Europeia, os interesses europeus da Polónia, por um lado, e os da França e da Alemanha, por outro, não foram conciliáveis. Este distanciamento implicou novos problemas nas relações bilaterais, o que foi causa directa da estagnação da cooperação no âmbito do Triângulo. A crise mais significativa surgiu em 2002/2003 e confirmou as divergências substanciais nos interesses dos parceiros de «Weimar», incidindo especialmente na política norte-americana para o Iraque, no papel dos Estados Unidos na Europa e no conceito de segurança europeia.

À beira da adesão polaca à União, o Triângulo desiludiu enquanto instrumento de comunicação diplomática e de prevenção de «mal-entendidos». A volatilidade nas relações trilaterais, que foram construídas durante mais de doze anos, bloquearam as possibilidades resultantes do muito esperado alargamento da União Europeia a Leste. Deficiências na vontade e na concepção de cooperação política entre a França, a Polónia e a Alemanha colocaram uma série de dúvidas em relação ao papel do Triângulo na política externa dos três países. As perspectivas de cooperação levaram a que a Polónia pensasse que, depois do alargamento, teria a hipótese de vir a completar o Eixo Franco-Alemão, podendo, como consequência, o Triângulo criar um modelo eficiente de cooperação entre os «velhos» Quinze membros e os novos parceiros do Leste. No entanto, esta ideia desvaneceu-se com a emergência das divergências entre a França, a Alemanha e a Polónia nas questões europeias e euro-atlânticas.

A consciência do peso deste instrumento político numa União Europeia alargada levou a que os países de Weimar intensificassem as suas actividades trilaterais. O diálogo lançado em 2003-2005, aos níveis presidencial, de ministros dos Negócios Estrangeiros

e de Assuntos Europeus ou de deputados nacionais, esteve concentrado nos problemas europeus (Tratado Constitucional, orçamento da União, Política Externa de Segurança e Defesa). Não obstante, «a reanimação real do Triângulo», descrita por um jornalista polaco, não se concretizou. As consultas de «Weimar» tornaram evidente que os três países do Triângulo não estavam preparados para tomar decisões construtivas face aos sérios problemas da UE. Por isto, a plataforma de «Weimar» acabou por não ser o fórum de onde emanavam propostas, o que poderia ter permitido soluções concretas. O facto de a Polónia ser membro da UE e a realização das principais tarefas do Triângulo de Weimar geraram a necessidade de redefinição das prioridades da cooperação trilateral. As novas concepções levaram a uma alteração da sua estrutura e do seu conteúdo. O Triângulo deveria transformar-se num instrumento de trabalho diplomático, apto a reagir rapidamente a sinais provenientes da situação internacional. Foi mantida a concepção franco-alemã de não alargamento da estrutura trilateral a novos países. A proposta polaca de inclusão da Ucrânia nos trabalhos do Triângulo e a proposta, não oficial, alemã de incluir a Grã-Bretanha não se concretizaram. O alargamento do Triângulo poderia significar não apenas a formação de uma nova construção diplomática complexa, mas, principalmente, uma alteração nos actuais papéis da Polónia, da Alemanha e da França, levantando questões acerca da eficiência da aliança e dos seus objectivos.

É importante pôr à prova a modernização do Triângulo, o que deverá aumentar a sua eficiência. Até agora, apareceram novas propostas de actividade, nomeadamente para abordar os problemas euro-atlânticos (cooperação com os Estados Unidos e a sua presença na Europa, relações no âmbito da NATO, reforma das Nações Unidas); o reforço da UE (discussão acerca da PESD; actividade trilateral na política do Leste Europeu; Estratégia de Lisboa; e outras políticas comuns como a migratória, a agrícola, a de defesa ou a financeira) e a cooperação trilateral (contactos sociais e regionais, ciência e educação, cultura). Materializar estes planos irá requerer a implementação de novas regras, reavivando as funções do Triângulo, que têm sido definidas por cientistas alemães como: concentração em determinadas questões; diferenciação de fórmulas de trabalho para incluir as três sociedades na colaboração de «Weimar»; melhor comunicação dos seus efeitos às opiniões públicas francesa, alemã e polaca.

Trabalhar sobre o Triângulo em condições de crise conceptual e estrutural na UE, depois do último alargamento, é excepcionalmente difícil. Há problemas com a debilidade da conjuntura política em França ou com as tentativas de redefinição da política externa polaca. Face às nítidas diferenças nos interesses europeus do «Trio de Weimar», o seu futuro não se mostra claro – o que dá aos seus adversários o direito de questionar se a

sua existência faz sentido. Os objectivos do Triângulo foram atingidos e este já não é um instrumento útil de política externa. Os membros do Triângulo apresentam opiniões diferentes, declarando que esta cooperação trilateral continuará por muito tempo, mas colocando a tónica no reforço e na redefinição desta actividade no âmbito na UE alargada.

Perante a tendência de criar coligações de curto prazo, orientadas para a realização de objectivos específicos, o Triângulo permitiu à Polónia, a França e à Alemanha gozar de uma melhor exposição dos seus interesses próprios ou trilaterais na arena internacional. Numa União alargada, pode servir como instrumento auxiliar de política externa de cada país de «Weimar». A aproximação dos pontos de vista francês, alemão e polaco, em matéria de políticas europeias, favoreceria a discussão sobre uma forma final para a UE. No âmbito da estrutura do Triângulo poderiam ser elaboradas propostas comuns, úteis a todos os membros da União Europeia. No futuro, o Triângulo também poderá contribuir para a resolução de conflitos entre a «velha» e a «nova» Europa. No mínimo, a cooperação trilateral pode ser aprofundada e alargada a novas áreas.

Até agora, a inclusão da Polónia na criação de políticas comuns não capacitou o Triângulo de Weimar com novos impulsos, que lhe permitam uma maior eficiência. Não se tornou no novo motor da União Europeia, depois do alargamento. A actual fase de definição, pelo eixo franco-alemão e pela Polónia, dos seus papéis, leva a que as diferenças sejam mais visíveis do que eventuais semelhanças ou aspirações comuns. Consequentemente, permanece actual a seguinte caracterização, de 2002, do comentador francês Badouin Bollaert, segundo a qual: «O Triângulo possui um bonito corpo, mas não é claro se tem motor e combustível». Apesar do décimo quinto aniversário do Triângulo, em Setembro de 2006, não parecem haver nenhuma possibilidade de que este seja considerado «a espinha dorsal da Europa».